

AÇÕES AFIRMATIVAS DO SER- MULHER EM INTEGRAÇÃO COM A REDE DE MULHERES EM PROL DO EMPODERAMENTO FEMININO

Guilhardes de Jesus Júnior¹

Érica Almeida Leal²

Jhader Cerqueira do Carmo³

Resumo: Os estudos têm mostrado que as mulheres, historicamente, sempre estiveram em uma condição de desvantagem em relação aos homens, sendo então necessário o desenvolvimento de medidas inovadoras para minimizar a desigualdade existente entre homens e mulheres. A Constituição Federal de 1988 contemplou os direitos fundamentais que hoje são indispensáveis para a obtenção de uma vida digna e igualitária, entretanto o exercício desses direitos não alcança os alijados da sociedade tradicional. O presente artigo visa argumentar em favor da imprescindibilidade da transferência de conhecimento na conscientização das mulheres acerca da equidade de oportunidades para fomentar o progresso social e a construção de relações mais humanitárias. Para tal, serão analisadas ações na modalidade de extensão do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, projeto acadêmico da Universidade Estadual de Santa Cruz, na região de abrangência da UESC, num grupo feminino componente da Reserva Extrativista de Canavieiras/BA, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia. Ademais, para fundamentação teórica e metodológica, a produção científica foi embasada na pesquisa através da revisão da literatura nos campos jurídico, educacional e social.

Palavras-chave: Conhecimento. Direitos humanos. Mulheres. Transferência.

1 Docente do Departamento de Ciências Jurídicas da UESC. Coordenador do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, programa de extensão apoiado pelo MEC/PROEXT.

2 Discente do Curso de Direito da UESC. Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB), atuando junto ao Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, programa de extensão apoiado pelo MEC/PROEXT.

3 Discente do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Bolsista de Extensão do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, programa de extensão apoiado pelo MEC/PROEXT.

SER-MULHER'S AFFIRMATIVE ACTIONS IN INTEGRATION WITH REDE DE MULHERES IN FAVOUR OF FEMALE EMPOWERMENT

Abstract: Studies have showed that, historically, women have always been in a condition of disadvantage in relation to men, and therefore, innovative measures are needed to minimize inequality between men and women. The Brazilian Constitution (1988) contemplated the fundamental rights that are now indispensable for achieving a dignified and equal life; however the exercise of these rights does not reach the excluded by the traditional society. This article aims to argue for the indispensability of the educational process named *knowledge transfer* in increasing awareness among women about the opportunities to promote equality and social progress, and building a more humane sort of social relationships. To this aiming, actions in the extension modality will be analyzed made by *Serviço de Referência dos Direitos da Mulher*, academic project from *Universidade Estadual de Santa Cruz*, held in Canavieiras/BA, in a women group called *Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia*. In addition to theoretical and methodological basis, this production was based on research by literature reviewing in legislative, educational and social issues.

Key-words: Human rights. Knowledge. Women. Transfer.

1 Introdução

Historicamente a mulher vivencia relações de inferioridade em relação ao coletivo masculino, nos diversos ambientes sociais da humanidade. Todavia a sociedade ainda tem a concepção de que *ser mulher* significa não ter a capacidade e, conseqüentemente, não poder tomar as decisões básicas relacionadas à vida, nesse caso, vivida sem plenitude.

A questão central no que toca a relação de poder entre os gêneros está pautada na ideia tradicional de que a mulher necessita de ser subjugada pelo homem, e qualquer ação fora desse padrão *comum e aceitável* era mal vista socialmente. Isso quer dizer que as mulheres deveriam subordinar os direitos de suas vidas às vontades de seus pais, e, posteriormente, às de seus maridos (RIBEIRO, 2006).

Na outra extremidade desse elo social, fundamentado na desigualdade, os homens passaram a se afirmarem como proprietários do corpo, da liberdade, dos direitos, das decisões, enfim, da vida das representantes do sexo feminino. Essa imposição de autoridade, impulsionada pelos ideais de uma sociedade patriarcal e, portanto, sexista e machista, fez com que quase fossem escassos os mecanismos direcionados para o progresso feminino; ocasionando ainda complicações para as mulheres, a exemplo da dificuldade no acesso aos direitos básicos, valores de cidadania, segurança, lazer, educação e saúde, impossibilidade de conquistar espaços de liderança, além disso, a violência dos mais variados tipos no meio doméstico.

No entanto, com a revolução ocorrida no campo legislativo no sentido de proteger a vida das pessoas, com atenção especial àquelas oriundas de grupos anteriormente excluídos – crianças, adolescentes, índios e mulheres – tem contribuído para despertar a sociedade acerca das problemáticas envolvendo o gênero feminino. Ana Lúcia da Silva Garcia (2010), em sua publicação sobre a contribuição da mulher na construção de

novas relações de produção na economia solidária, explica que essas transformações na concepção de leis para a valorização da imagem feminina permitiram que:

[...] as mulheres pudessem ocupar novos espaços na sociedade, buscando se repositonar frente às relações machistas estabelecidas em nossas sociedades, que demarcava para elas apenas o espaço do lar e do cuidado dos filhos, doentes e idosos. Também foi fundamental para que a vida privada e as diversas formas de violência intra-familiares sofridas pudessem ganhar voz e o espaço de debate na sociedade (p. 94).

Nos tempos hodiernos, apesar de o estudo de gênero, representação e identidade ser uma área de investigação científica recente no campo das Ciências Sociais, a mulher e as suas temáticas nunca estiveram tão no centro da atenção e das discussões da humanidade. Em consequência dessa demanda por conhecimento específico nessas questões, existe uma corrente de produções acadêmicas como artigos científicos, revistas, panfletos, pesquisas, manifestações e atividades de extensão.

A extensão, sob esse enfoque educacional, social e estratégico, visa fomentar comoção na sociedade e garantir uma mudança na situação de risco em que se encontram as mulheres tanto no Brasil quanto no mundo.

Todos os empreendimentos envolvendo a transmissão ou transferência de conhecimento – ações *extensionistas* – principalmente às mulheres, que se situam à margem desses conceitos acadêmicos, se configuram imprescindíveis para que essas se tornem, posteriormente, *empoderadas* para realizar o seu próprio progresso, sentindo-se capazes de comandar todos os passos da sua vida.

Além de tudo, educar com a finalidade de propagar desenvolvimento humanitário é um valor de ordem internacional garantido no segundo parágrafo, do artigo XXVI, da

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual explicita que:

A educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais/éticos ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da paz (p. 12).

É importante destacar que a transportação do conhecimento, agregado na universidade sobre os direitos e garantias humanitários para a massa popular, é considerada muito mais do que uma ação de cunho puramente acadêmico. Fazer extensão é intervir numa situação de mazela social, estrategicamente, criando iniciativas alternativas, e, além disso, inovadoras em relação às bases da educação.

Do ponto de vista da questão do coletivo feminino, as movimentações que visam à educação em direitos humanos e sociais colocaram em foco para debate a relação desequilibrada que acontecia, e ainda, em muitas localidades ao redor do globo terrestre, persiste em acontecer entre homens e mulheres.

Marcio Vagner Dornelles Garcia (2010) argumenta que é de extrema relevância ações na universidade que divulguem que os direitos universais são garantia de todos os seres humanos, independente do gênero, pois elas valorizam “a auto-estima e, consecutivamente, o grau de compreensão e de participação transformadora na sociedade democrática” (p. 88). Pensando sobre os elos sociais e a capacidade de mudança desse movimento educacional, o autor ainda comenta que:

Estas relações construídas e vividas no cotidiano colocam a forma como a sociedade estabelece suas representações da diferença dos direitos e necessidades dos mesmos, dos locais destinados, dos papéis que são considerados

mais adequados, desde aqueles da esfera mais simples da sociedade como os de maior representação social, econômica e política (p. 88).

Retomando o que foi inicialmente introduzido, um dos problemas mais vistos, que a desigualdade das relações de poder entre os gêneros masculino e feminino gerou, foi a transgressão social na forma da prática da violência. É muito comum no Brasil, que uma mulher morra em seu lar, e não por um homem qualquer, mas por aquele a quem ela escolheu para ter uma relação afetiva.

Diante disso, os órgãos relacionados pela segurança social, a exemplo das delegacias policiais, mesmo com uma legislação específica que é justamente o caso da Lei n. 11.360/06 – Lei Maria da Penha, não estão totalmente preparados para assistir a essas mulheres que foram violentamente fragilizadas. Na tentativa de solucionar essa falha no serviço social, o governo, através do desenvolvimento de políticas públicas específicas para as mulheres, criou a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Não obstante esse esforço governamental ainda tem se apresentado irrisório, sendo essa ação ainda mais tênue em municípios de pequeno porte. Com a necessidade de suprir uma carência no atendimento à alta demanda de violência doméstica no município de Ilhéus, o projeto de extensão Serviço de Referência dos Direitos da Mulher (SER-Mulher) foi criado, financiado por um convênio do governo federal, representado pelo Ministério da Educação – MEC.

Nascido do desejo institucional do Departamento de Ciências Jurídicas (DCIJUR), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em especial do Núcleo de Prática Jurídica, o projeto visa contribuir no combate à violência contra a mulher na região, aumentando o índice de conhecimento intelectual sobre os direitos femininos, e, inclusive, prestando assistência às mulheres vítimas de violência

doméstica. Trabalhar com a transmissão de saberes da universidade para a sociedade civil, representadas pelas mulheres, é uma forma de contribuir na questão central das discussões do feminismo, o empoderamento – do inglês, *empowerment* – do gênero feminino.

Além disso, realizando seminários, encontros, oficinas pedagógicas, cursos de capacitação e minicursos, o projeto insere a sua proposta científica de temática jurídica e feminista em seu público alvo – sociedade acadêmica, comunidade dos municípios atendidos e, principalmente, mulheres líderes de família. E, finalmente, de uma forma inovadora, o SER-Mulher discursa sobre uma relação dialética entre sustentabilidade e relações de gênero, dando a oportunidade às mulheres, através de capacitação em legislação e empreendedorismo, de conquistar e vivenciar, uma plena e verdadeira emancipação, social e econômica, o que na prática reflete numa melhoria da qualidade das oportunidades para a ascensão das representantes do sexo feminino.

2 Objetivos

Em princípio, é sabido que, atualmente, há uma discussão sobre a *terceira missão* da universidade, a qual, ademais de ser uma instituição propriamente educacional, tem como dever realizar um impacto social, econômico, cultural e intelectual na região de sua abrangência – municípios a seu redor. Por analogia, as instituições acadêmicas precisam fomentar um ambiente didático, contestar proposições na sociedade através da pesquisa e promover desenvolvimento regional através de iniciativas de intervenção, sob essa ótica, a extensão.

Em virtude desse novo olhar sobre o papel do movimento acadêmico, que é preciso incentivar a transmissão de conhecimento adquirido na didática e gerado na investigação. Esse processo acontece de forma direta, por meio do

contato da universidade com os representantes da sociedade civil, sendo que o mais importante nesse perpasso não seja a forma de como ele será realizado, mas sim os possíveis resultados que ele poderá acarretar.

Vale ressaltar que, para o caso específico da educação, voltado para os direitos humanos, o conhecimento não deve ser tratado aleatoriamente, ao contrário, é preciso aplicá-lo em concordância com as reais necessidades do público alvo escolhido, levando em conta também a atividade econômica exercida. No caso das mulheres, para garantir pelas mãos das mesmas, ou mesmo de terceiros, uma sociedade pautada nos valores da equidade, é necessário transmitir informações sobre Direito Civil, em especial o direito de família, trabalhista, previdenciário, econômico, empresarial, de leis especiais, como a Lei n. 11.340, além, é claro, dos direitos humanos e fundamentais.

Debaixo dessa perspectiva de um novo feminismo nas terminações da universidade, o intuito desse trabalho acadêmico é expor a importância de levar o conhecimento sobre os direitos básicos e valores de cidadania às mulheres que estão numa posição desfavorecida socialmente, com a finalidade de lhes ofertar condições concretas para o seu progresso, emancipação e empoderamento. No caso da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, é abordada a relação educacional entre o projeto SER-Mulher (Serviço de Referência dos Direitos da Mulher) e um coletivo feminino da Reserva Extrativista de Canavieiras – RESEX, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia.

Para exemplificar essa iniciativa de intervenção social, com base nos princípios educacionais da transmissão de conhecimentos, são expostas atividades propostas e desenvolvidas pelo SER-Mulher, sob este enfoque do papel inovador que a extensão empenna na construção de uma sociedade mais humanitária.

3 Metodologia

Como fundamentação teórica, além da exemplificação dada através das iniciativas em extensão do SER-Mulher, foi realizada também uma revisão da literatura dos principais assuntos relacionados às questões de gênero. A pesquisa bibliográfica, nesse momento, se torna essencial para agregação de novos saberes sobre os temas pertinentes ao gênero feminino, e, ademais, de métodos desenvolvidos para construção de novos parâmetros educacionais.

Primeiramente foi necessário entender sobre o conceito de gênero, identidade da mulher, visando compreender a assimetria social em consecução da imposição de poder pela representação do papel tradicional do homem. Deve-se destacar que não é objetivo descaracterizar de forma pejorativa a figura masculina, mas explicitar a subjugação social causada pelo machismo e sexismo, tão presentes na sociedade.

A saber, essa dominação imposta pelo gênero masculino, impulsionada pelos valores tradicionais da humanidade, permite que a mulher se sinta distinta, excluída, restringida e discriminada somente por ser do sexo feminino. Com também, essa forma de desigualdade, em muitos aspectos, simplesmente nega às mulheres a garantia universal de que elas podem desfrutar plenamente de seus direitos em situação de igualdade com os homens.

Com a finalidade de reverter esse problema social, é preciso criar medidas temporárias em médio prazo para a gradual modificação dos dogmas culturais e sociais, para ainda haver uma eliminação no preconceito e nas atitudes habituais de discriminação contra as mulheres. Com base nisso, é que se configura indubitavelmente relevante para a transferência de conhecimentos em educação em geral, emprego, assistência à saúde, planejamento familiar e benefícios econômicos e sociais, para essas mulheres que se encontram em situação de desvantagem no ambiente social. A autonomia na forma da valorização do conhecimento desses

assuntos incentiva o poder e a liderança para a busca, através de uma inovação na representatividade social, de uma melhor condição de vida. A publicação científica, de Abromovay e Castro (1998), explica como esse processo que transcende o plano da eficiência e foca majoritariamente no produto final – isso quer dizer eficácia e se daria:

A educação formal e continuada, ou seja, trazida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismos, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – empowerment – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situarem no mercado de trabalho e na vida em geral (ABROMOVAY; CASTRO, 1998, p. 36)

4 Resultados e Discussões

O SER-Mulher desenvolveu atividades que possibilitaram a integração com a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia de tal modo que o grupo *extensionista* transmitiu o conhecimento que estava sendo construído, sobre a desigualdade de gênero e as formas de combatê-la, para estas mulheres que estão politicamente organizadas em busca da efetivação dos direitos que lhes são garantidos pela legislação vigente.

A Rede de Mulheres Pesqueiras e Marisqueiras do Sul da Bahia é o grupo-alvo desse projeto, esse agrupamento conta com aproximadamente 400 mulheres que fazem parte da Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX). Essa rede nasceu através de um projeto feito pela doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UDESC), Aniran Lins, intitulado “Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia”, o qual posteriormente foi financiado pela entidade das Nações Unidas para a Igualdade de

Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a ONU Mulheres – UNIFEM.

Dentre as ações possíveis, no período do agosto de 2012 a março de 2013, o SER-Mulher desenvolveu em parceria com a Rede de Mulheres: (1) uma reunião em Canavieiras-BA, estando presentes o SER-Mulher, Lideranças das Comunidades, abrangidas pela Rede de Mulheres e professores, a fim de discutir possíveis políticas de empoderamento voltadas para as mulheres da RESEX; (2) um seminário para as integrantes da Rede de Mulheres, organizado pelo SER-Mulher, como medida de transmissão de conhecimento sobre direitos; (3) a produção de *folder* sobre direitos trabalhistas e sobre violência doméstica com linguagem clara e objetiva; e (4) um evento realizado no dia 8 de março, integrando universidade-comunidade com palestras e discussões sobre gênero.

O primeiro momento de integração do SER-Mulher com a Rede de Mulheres aconteceu em uma reunião que ocorreu no início do mês de agosto de 2012, quando compareceram professores, estudantes interessados na matéria e mulheres, que compõem a rede de extrativistas, com a finalidade de explicar aspectos relevantes da história da Reserva Extrativista de Canavieiras na Bahia, bem como sua formação institucional e as possíveis estratégias de fortalecimento dos seus componentes – pescadoras, marisqueiras e catadoras. Os presentes conversaram com um representante da liderança da AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas, o qual explicou a necessidade de se criar uma instância que mediasse conflitos importantes entre as comunidades, os extrativistas, a reserva e os atores da sociedade civil, ou seja, foi discutida a necessidade de inserir a mediação e a conciliação como forma de pacificar as relações, promovendo assim, relações mais estáveis na comunidade.

Após esta reunião aconteceram outras de natureza semelhante, todas se apresentando como de extrema relevância já que, por meio da integração entre grupos que trabalham com questões de gênero, dando ênfase para o empoderamento

feminino, foi possível esclarecer sobre as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a RESEX.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2012, houve uma reunião em Canavieiras-BA, estando presente o SER-Mulher, representado pelo coordenador do projeto Guilhardes de Jesus Júnior e bolsistas, a Rede de Mulheres, representada por cada duas ou três mulheres de Belmonte, Barra Velha, Atalaia, Una, Pedra de Una e outras comunidades, que compõem o grupo, e as professoras mestrandas da Universidade Federal da Bahia-UFBA, totalizando cerca de 20 pessoas. Nesta ocasião, as professoras ministraram uma oficina sobre Indústria Criativa. A indústria criativa consiste no desenvolvimento de uma atividade econômica, baseada na utilização de matéria prima e resíduos da região de modo artesanal e criativo, é uma forma de complementar a renda, melhorar

as condições econômicas do núcleo familiar e proporcionar empoderamento.

As representantes das comunidades entenderam que existe a possibilidade de formar uma cooperativa para a produção e venda de produtos (acessórios, doces etc.), desenvolvidos por elas mesmas e utilizando material da própria região (palha, búzios, cascos de ostras etc.), incluindo a criação de uma marca para os produtos artesanais da Rede de Mulheres. Comprometeram-se em transmitir para a comunidade as informações adquiridas e articular com as mulheres as possibilidades de pôr as ideias desenvolvidas, nesta oficina, em prática. As professoras entenderam a necessidade de essas mulheres encontrarem uma fonte complementar de renda, principalmente no período defeso (período em que é adequado para a pesca) e se comprometeram a ajudá-las através de cursos de qualificação profissional.

FIGURA 1 – Oficina e dinâmica da indústria criativa realizada na sede da RESEX de Canavieiras, Canavieiras, 2012



Com uma vertente de empoderamento um pouco diferenciada, havendo menor atenção para formas de desenvolvimento de atividades econômicas que possam complementar a renda e maior atenção para proporcionar às mulheres o conhecimento sobre seus direitos e a forma de exigí-los, foi desenvolvido o Curso de Capacitação em Direitos da Mulher, realizado no dia 21 de setembro de 2012, na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, estando presentes cerca de 80 mulheres, dentre elas membros dos municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré-Bahia e componentes da Rede de Mulheres, além de professores e estagiários.

O curso contou com uma palestra da professora Saskya Lopes, vice-coordenadora do SER-Mulher, sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações. Houve também uma palestra sobre a Seguridade Social e os Direitos

Previdenciários das Mulheres, ministrada por Lorena de Jesus, Noélia Santos e Tiana Brandão, servidoras do Ministério da Previdência Social (INSS), e, por fim, uma palestra sobre os 12 Direitos Básicos da mulher, conforme divulgação da Organização das Nações Unidas (ONU), ministrada pela MM. Juíza Antônia Maria, da 1ª Vara Crime de Itabuna. Durante o curso, houve discussão e participação do público, ficando evidente que muitas das mulheres, ali presentes, vivenciavam a violência doméstica, entretanto não sabiam a forma adequada para acionar o judiciário. Com o curso elas tiveram conhecimento do modo pelo qual podem se defender contra as agressões no ambiente familiar, sobre a Seguridade Social, bem como licença maternidade, aposentadoria, pensão e outros, além da possibilidade de trocar experiências e tirar as suas dúvidas sobre os seus direitos.

FIGURA 2 – Participação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras no evento realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012



O SER-Mulher produziu um *folder* sobre direitos trabalhistas e previdenciários da mulher intitulado “Você é Trabalhadora? Então Conheça Seus Direitos!”, e outro sobre violência doméstica, intitulado “Breves Informes sobre Violência Doméstica”. Este material foi desenvolvido com uma linguagem clara e objetiva, de modo a ser facilmente entendido. Constitui meio de transmissão de conhecimento eficaz porque, além de ser lido pelas pessoas que estão presentes nos eventos promovidos pelo grupo, ele pode ser levado para o ambiente familiar, para a vizinhança e toda a comunidade, tornando, assim, mais amplo o alcance dos objetivos do SER-Mulher, dentre eles, a diminuição da violência doméstica, o respeito às mulheres em todas as esferas da sociedade e o empoderamento, como forma de promover a igualdade de gênero.

No dia oito de março de 2013, o SER-Mulher promoveu um encontro com a presença de professores, estudantes, integrantes da Rede de Mulheres e demais interessados no tema,

com a palestra intitulada “Dia Internacional da Mulher – uma História de Lutas e Conquistas”, proferida pela professora Marinete dos Santos Silva, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e coordenadora do Atelier de Estudos de Gênero (ATEGEN). Em sua intervenção, a professora Marinete fez uma abordagem atual da situação das mulheres no Brasil e no mundo, relatando casos práticos vivenciados pelos pesquisadores do ATEGEN, que demonstram ainda a existência de situações de subserviência feminina em relação ao masculino, oriundas principalmente de uma situação de dependência, seja ela física, psicológica ou material. Ressaltou também que a situação de desigualdade, principalmente física, sempre faz com que a mulher saia perdendo nos embates com o homem, sendo o empoderamento a solução para o problema. Após a exposição, seguiu-se um rico debate entre os presentes, inclusive com depoimentos de mulheres que conseguiram se libertar de situação de dependência a partir de uma tomada de posição rumo ao seu empoderamento.

FIGURA 3 – Palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 08 de Março, com a participação de líderes da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, Ilhéus, 2013



5 Considerações Finais

As atividades que são desenvolvidas pelo SER-Mulher, voltadas para a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, hoje, apresentam-se como indispensáveis para a manutenção do fortalecimento político, econômico, social e cultural das mulheres que compõem a Reserva Extrativista, sendo válido ressaltar o papel fundamental da organização política dessas mulheres, do trabalho *extensionista* e da transmissão de conhecimento como forma de empoderamento.

A organização política das pessoas, que têm um problema comum, é imprescindível para que elas possam se fortalecer e buscar a melhor maneira para solucionar os conflitos nos quais estão inseridas. Deste modo, é notável a importância da Rede de Mulheres, já que este é um meio pelo qual as mulheres da RESEX podem se unir com o fulcro de radicalizar a desigualdade de gênero nas comunidades em que estão inseridas, bem como os casos de violência doméstica e o desrespeito aos seus direitos previdenciários e trabalhistas.

A transmissão de conhecimento através de cursos, reuniões, e *folders* apresenta-se como um meio eficaz, já que permite que as mulheres entendam a natureza do problema do qual fazem parte e, ao mesmo tempo, possam articular estratégias para combatê-los. Neste sentido, é que se faz relevante o trabalho que é desenvolvido pelo Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, pois este se apresenta como uma ponte entre o que é produzido nos centros acadêmicos e as comunidades que vivenciam os problemas que assolam os mandamentos Constitucionais, destacando-se aqui, a igualdade.

Desta forma, torna-se notável os efeitos positivos que o SER-Mulher está provocando nas comunidades abrangidas pelo projeto, conforme, inclusive, depoimentos das participantes da reunião de que “o grupo está indo pelo caminho certo”. As informações que são transmitidas para as mulheres, que compõem

o grupo, permitem que elas tomem coragem para tomar decisões sobre separação, quando sofrem violência doméstica; sobre encontrar uma fonte de renda complementar para a renda familiar, quando sofrem violência patrimonial ou subordinação econômica; e sobre procurar órgãos públicos e órgãos do Poder Judiciário, quando houver violação a algum direito que lhe for inerente.

O trabalho extensionista com ênfase na transmissão de conhecimento apresenta-se, cada vez mais, como indispensável à promoção do empoderamento feminino e, consequentemente, a formação de uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde as garantias e os direitos fundamentais, com destaque para a dignidade da pessoa humana, tendem a ser respeitados e efetivados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Engendrando um novo feminismo**: Mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131536porb.pdf. Acesso em: 04 mar. 2013.

BRASIL. **Declaração universal dos direitos humanos** (1948). Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acesso em: 02 mar. 2013.

BRASIL – SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNESCO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Direitos humanos no cotidiano**: manual. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos: UNESCO, 2001.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Ensaio sobre identidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2003.

MALUF, S. W. et al. (Org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. (Coleção Educação para Todos; v. 10) Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2013.

PROYECTO CID. **Newsletter n. 5-6**: La Tercera Misión y las Redes Temáticas CID. Alfa CID, 2012. Disponível em: <http://www.alfacid.fondazionecruici.it/Documents/newsletter/NotiCID5-6.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **De mãos dadas com a Mulher**: a UNESCO como agente promotor da igualdade de gêneros. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127141por.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RIBEIRO, M. **O feminismo em novas rotas e visões**. Revista Estudos Feministas, v.14, n.3, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf. Acesso em: 12 mar. 2013.

RODRIGUES, A. S. et al. (Org.). **Os hereges**: temas em direitos humanos, ética e diversidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.